

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

FONTE DE CAPITAL

GOIÂNIA
2012

ANA CAROLINA MARQUES DE OLIVEIRA
ANA CAROLINA TINOCO TEODORO
HYAGO GONÇALVES DE CARVALHO
LAVIO RIBEIRO FIDELIS NETO
RAFAEL RODRIGUES ABDALA
THAMYRES CAVALCANTE ALMEIDA

FONTE DE CAPITAL

Trabalho apresentado ao Curso de Engenharia, Período Matutino da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial da N2 para avaliação da disciplina de Administração e finanças para Engenharia, sob orientação do Professor Luiz Guilherme Magalhães.

GOIÂNIA
2012

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
	a. Fontes de Capital.....	4
	b. Formas de Capitalização.....	4
	c. Capital de Investimento.....	5
	d. Capital de Empréstimo.....	5
2.	IMPORTÂNCIA PARA A EMPRESA NO ACESSO AO CRÉDITO.....	6
3.	RECURSO DE TERCEIROS.....	6
	a. Principais Fontes de Capital de Terceiros.....	6
	b. Financiamentos em moeda nacional.....	7
	c. Financiamento em moeda estrangeira.....	10
	d. Arrendamento Mercantil.....	11
4.	LIMITAÇÕES E REGRAS PARA OBTER RECURSO DE TERCEIROS.....	13
	a. BNDES.....	13
	b. Goiás Fomento.....	14
5.	ALAVANCAGEM FINANCEIRA.....	15
6.	CONCLUSÃO.....	16
7.	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	16

INTRODUÇÃO

Fontes de Capital

É comum dentro do mundo financeiro, que algumas empresas, no decorrer de suas vidas produtivas, venham enfrentar dificuldades no processo de crescimento, já que é preciso crescer a uma velocidade superior aquela que sua capacidade de financiamento pode suportar. Trata-se de uma fase onde a empresa deverá crescer para alcançar um novo patamar, sob pena de entrar em um processo degenerativo de crescimento á taxas mínimas, que poderá leva-las ao fim.

Mais cedo ou mais tarde grande parte dos novos negócios terão de buscar alguma fonte de capital de longo prazo para sustentar seu crescimento, logo, é de fundamental importância que o empresário desenvolva habilidades que lhe permitam um maior nível de conhecimento dos processos de capitalização disponíveis no mercado, para que ao atravessar um período de queda na lucratividade, possa escolher o caminho certo para aumentar a taxa de crescimento de sua empresa.

O objetivo principal da capitalização é reforçar a posição financeira da empresa a curto e médio prazo para que esta possa empreender novos planos de investimentos tanto no desenvolvimento de novos produtos, quanto na ampliação da posição de mercado.

Os processos de capitalização das empresas pressupõem a existência de planos de investimentos ou plano de negócios, no caso só desenvolvimento de novas linhas de produto. É fundamental que antes da busca de capital, a empresa tenha definido e documentado claramente qual será a destinação dos fundos.

Formas de Capitalização

Basicamente existem duas fontes de capital disponíveis para as empresas: o capital próprio e o capital de terceiros.

As formas de capitalização dependem basicamente da origem do capital. A capitalização via capital próprio é bem simples e dependem apenas das reservas de capital realizadas pela empresa, pela disponibilidade dos sócios em fazer um aumento de capital ou capitalização de recursos informais através de pessoas físicas. Geralmente esses recursos entram na empresa via conta caixa ou através de alterações contratuais, no caso de aumento de capital investido dos sócios (sociedades Ltda.).

Para a capitalização de terceiro é necessário que a empresa tenha um maior nível de seus planos de investimentos. Podem ser eles:

Capital de investimento

Capital via novo sócio: No caso de sociedades limitadas, a entrada do novo sócio ocorre com a alteração no contrato social da empresa e a alteração de cotas de todos os sócios.

No caso de sociedades anônimas ao invés de entrar um novo sócio é disponibilizado títulos junto ao mercado financeiro com o fim de captar recursos. Esses títulos podem ter uma série de denominações, de acordo com a forma e o mercado a que se destinam. No caso de pequenas empresas e empresas incubadas, o título mais comum são as debêntures.

Capital de empréstimo

Linhas de financiamento convencionais: são operadas por bancos comerciais, funcionam através de contratos de empréstimo, onde são exigidas garantias reais e aval. Possuem prazo curto.

Linhas de financiamento subsidiadas/especiais: são disponibilizadas pelo governo e operadas por agentes oficiais e bancos comerciais. As condições são melhores do que as convencionais, principalmente com relação aos juros e prazos, porém grande parte delas exige garantias reais.

Programas de incentivos à capacitação e desenvolvimento: recursos disponibilizados pelo governo e operados pelos ministérios. São recursos a fundo perdidos, com contrapartida dos projetos desenvolvidos pelas empresas.

IMPORTÂNCIA PARA A EMPRESA NO ACESSO AO CRÉDITO

O crédito, que faz movimentar a empresa e desenvolvê-la, possui uma importância fundamental para a sobrevivência, para a manutenção das atividades, para a aquisição de máquinas e equipamentos e principalmente para o aprimoramento da capacidade gerencial. Para a obtenção de crédito, junto às instituições financeiras e agentes de crédito, as empresas necessitam apresentar dados contábeis, documentos de constituição, plano de negócios e projetos de investimento. Nas instituições, os documentos se transformam em números e projeções e cenários que determinam o atendimento ou não dos investimentos propostos, ou seja, a análise de concessão de crédito é realizada com base nos documentos inúmeros apresentados.

Muitas empresas tem dificuldade para obterem recursos para investirem na expansão de suas atividades ou na modernização dos seus negócios, principalmente as empresas que estão se iniciando no mercado, e com pouco capital para ser empregado.

RECURSO DE TERCEIROS

Principais Fontes de Capital de Terceiros

Apesar da estabilidade econômica, os empréstimos em moeda local continuam escassos e caros no Brasil, pois o nível de poupança interna não é suficiente para financiar as atividades empresariais em caráter permanente.

Devido à escassez e alto custo dos financiamentos internos as empresas são obrigadas a procurar por empréstimos e financiamentos externos. Colocando-as em uma situação de risco. O acesso de empresas brasileiras ao mercado financeiro internacional está restrito a empresas de grande porte e subsidiárias de empresas multinacionais.

As fontes de capital devem ser compostas por fontes de longo prazo e permanentes, mas nem sempre essas fontes estão disponíveis, o que obriga empresas a financiarem suas atividades com recursos de curto prazo.

São diversas as modalidades de financiamentos existentes no mercado financeiro. As fontes de capital de terceiros podem ser divididas em financiamentos e empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira.

Financiamentos em moeda nacional

Os financiamentos em moeda nacional mais comuns são:

Empréstimos para Capital de Giro

Por meio de um contrato, são estabelecidas as condições gerais e específicas da operação, como o valor, o vencimento e a taxa de juros. As garantias exigidas são as notas promissórias, podem ser exigidas garantias adicionais, tais como duplicatas, hipotecas e penhor mercantil.

Desconto de Títulos

Os títulos descontados podem se duplicatas ou notas promissórias. O cedente da duplicata ou nota promissória transfere ao banco o direito de recebê-los nos respectivos vencimentos, recebendo antecipadamente o valor líquido dos títulos após descontados os juros. No vencimento, o devedor paga o valor do título ao banco, que baixa da responsabilidade do cedente.

Na operação de desconto, o banco tem o direito de regresso, isto é, caso devedor não pague o título no vencimento, o banco tem o direito de receber do cedente o valor do título acrescido de juros de mora e/ou multas.

Hot Money

Esse tipo de empréstimo caracteriza-se por ser de curtíssimo prazo, geralmente de um dia a uma semana. A taxa de juros de hot money é baseada na taxa diária do CDI, acrescida de spread do banco e impostos. As vantagens desse tipo de empréstimo são de que a empresa tomadora pode ajustar melhor seu fluxo de caixa e possibilita uma mudança rápida de fonte de financiamento, caso outros tipos de financiamento se tornem mais vantajosos.

A cobrança de impostos (IOF, CPMF etc.) pode tornar o custo efetivo de hot money excessivamente alto, o que limita esse tipo de empréstimo a eventuais operações de ajustes de caixa.

Conta Garantida

É, para pessoa jurídica, o equivalente a cheque especial utilizado por pessoa física. O banco abre uma conta de crédito para empresa, que saca livremente o valor até o limite estabelecido e cobre o saldo devedor a qualquer tempo, até o vencimento do contrato. Os encargos financeiros são pagos periodicamente. A grande vantagem da conta garantida é que o tomador pode ajustar melhor sua necessidade de caixa.

Factoring

Factoring é uma operação de fomento comercial, portanto, não sujeita a regulamentações do Banco Central. A operação consiste em ceder os direitos creditórios sobre duplicatas a empresas de factoring, recebendo em contrapartida o valor de face com deságio (que corresponde a juros e spread da operação).

A grande vantagem dessa operação é que nela é feita a venda definitiva das duplicatas, portanto, sem o direito de regresso, diferentemente do desconto de duplicatas. Por ser uma operação com custo final mais alto do que as taxas

geralmente praticadas pelos bancos, é utilizada com maior frequência por empresas de pequeno e médio portes que tem dificuldades de obter linhas de crédito em bancos.

Debêntures

Debênture é um título emitido por sociedades anônimas de capital aberto, com a aprovação da emissão por Assembleia Geral Extraordinária, para captar recursos de médios e longos prazos no mercado financeiro. As condições gerais e específicas sob as quais foi emitida a debênture constam de um documento chamado Escritura de emissão, com registro em cartório.

As debêntures podem ser remuneradas com juros e prêmios sobre valores atualizados monetariamente, ou com taxas de juros prefixadas. As taxas de remuneração são repactuadas periodicamente. Caso não se chegue a um acordo quanto à taxa de remuneração do novo período, a empresa deve resgatar os títulos. O prazo de resgate não deve ser inferior a um ano.

O agente Fiduciário da operação zela pelos direitos dos debenturistas.

Recursos do BNDES

Praticamente, a maioria dos recursos de longo prazo existentes em moeda nacional é fornecida pelo sistema BNDES, dentro das políticas operacionais estabelecidas para cada setor de atividade econômica. O Sistema BNDES é formado pelo próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas subsidiárias Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S. A (BNDESpar).

O Sistema BNDES pode operar diretamente com o financiado, mas a maioria das operações é intermediada pelas instituições financeiras credenciadas. Em alguns casos, o BNDESpar participa do capital social de empresas consideradas estratégicas ou com projetos prioritários.

Os encargos dos financiamentos são baseados em Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), apurada com base em uma cesta de moedas, acrescida

de spread específico para cada linha de financiamento, mais a comissão do agente repassador.

Algumas das linhas de financiamentos são:

- Financiamento de máquinas e equipamentos de fabricação nacional (Finame);
- Financiamento à exportação de máquinas e equipamentos (Finamex);
- Financiamento para subscrição de aumento de capital social;
- Garantia de subscrição de valores mobiliários.

Financiamento em moeda estrangeira

Pode ser a taxa de câmbio brasileira atrelada ao dólar, a maioria dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira é denominada em dólar. As mais comuns são:

Adiantamento sobre Contratos de Câmbio

Nesse tipo de operação, os exportadores, com base em contrato de fornecimento ou pedido de compra, vendem a termo os valores em moeda estrangeira que serão gerados pela futura exportação, recebendo antecipadamente o valor equivalente em moeda local, convertido pela taxa de câmbio da data da operação.

Antes do embarque da mercadoria, a operação recebe o nome de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), mas após o embarque, essa operação passa a chamar-se Adiantamento sobre Contrato de Exportação (ACE). Por ser um incentivo financeiro à exportação, o custo dessa operação é, geralmente, mais baixo do que a taxa de mercado.

Resolução 63

Essa operação é regulamentada pela Resolução 63 do Banco Central. Os bancos repassam aos tomadores locais, em moeda estrangeira, os

recursos captados no exterior por meio de lançamentos de bônus e outros instrumentos financeiros. Todas as condições do empréstimo original, com datas de pagamentos de juros e amortização, taxas de juros e imposto de renda sobre a remessa de juros, coincidem com os vencimentos do empréstimo original. O prazo máximo da operação para o tomador local não pode exceder o vencimento do empréstimo original, mas o banco pode repassar o recurso por um prazo menor. O banco local cobra do tomador uma comissão de repasse, que pode ser antecipada ou paga juntamente com os juros, e sobre essa comissão não incide Imposto de Renda, por ser paga em moeda nacional.

Financiamento de Importação

Os bens adquiridos no exterior podem ser financiados por bancos do exterior. Em vez de o importador desembolsar as compras à vista, o banco do exterior paga à vista ao exportador e o importador fica devendo a esse banco do exterior. No vencimento do financiamento, o importador fará a remessa financeira pela compra de mercadorias.

Arrendamento Mercantil

O arrendamento mercantil (leasing, em inglês) é uma forma de financiamento de bens do Ativo Imobilizado. A ampla aceitação dessa modalidade de financiamento pelas empresas está baseada no princípio de que o lucro é gerado pela utilização do bem e não por sua propriedade.

A operação de leasing consiste em uma empresa arrendadora adquirir um bem do fabricante (ou comerciante) escolhido pela arrendatária e arrendá-lo a esta mediante o recebimento de prestações periódicas (que podem ser mensais, trimestrais etc.). O bem adquirido fica contabilizado como Ativo Permanente da arrendadora até sua eventual venda para arrendatária. O objeto do arrendamento pode ser: bens móveis ou imóveis, novos ou usados, de fabricação nacional ou estrangeira, contratado em moeda nacional ou em moeda estrangeira, com as arrendadoras nacionais ou estrangeiras.

Modalidades de arrendamento mercantil

Basicamente, existem duas modalidades de leasing: financeiro e operacional.

Leasing Financeiro

O leasing financeiro equivale à operação de financiamento de médio ou longo prazo em que a arrendatário paga, geralmente, prestações mensais. Ao final do contrato, que não pode ser rescindido antecipadamente, a arrendatário terá o direito de adquirir o bem por um valor previamente combinado denominado valor residual garantido (VRG).

O prazo mínimo de arrendamento é de dois anos para bens com vida útil de até cinco anos (veículos, equipamentos de informática etc.) e de três anos para os com vida útil superior a cinco anos (móveis e utensílios, maquinarias em geral etc.). A conservação e a manutenção do bem são de responsabilidade do arrendatário.

No Brasil, somente as sociedades de arrendamento mercantil (empresas de leasing) podem praticar as operações de leasing financeiro, pois essa modalidade de arrendamento está sujeita à regulamentação do Banco Central.

Leasing Operacional

O leasing é uma operação de locação em que a arrendatária (locatária) paga uma taxa de arrendamento periódica (semanal, mensal, trimestral etc.) à arrendadora (locadora). A manutenção do bem arrendado nessa modalidade é de responsabilidade da locadora. O bem é devolvido à locadora ao final do contrato, ou qualquer tempo (se assim estiver previsto no contrato). Caso a locatária desejar adquirir o bem, o preço de venda será estabelecido de acordo com o valor de mercado.

Nessa modalidade de arrendamento não existe um prazo mínimo obrigatório. Portanto, a duração de um contrato de locação poderia ser de apenas alguns meses (ou dias). O prazo do contrato de locação, ou a opção de devolução a qualquer tempo, dependerá da natureza e espécie do bem objeto

de locação, pois existem bens de difícil comercialização no mercado de bens usados e com alta taxa de obsolescência.

Não há necessidade de a empresa locadora ser uma sociedade de arrendamento mercantil para exercer as atividades de leasing operacional, pois essa modalidade de arrendamento não está sujeita à regulamentação do Banco Central. A título de exemplo, as empresas de locação de veículos “adquirem” os veículos por meio de leasing financeiro e os arrendam a seus clientes por meio de leasing operacional.

Lease Back

A operação lease back consiste em uma empresa vender um bem de seu imobilizado a uma empresa de leasing, arrendando-o simultaneamente, na modalidade de leasing financeiro. Ocorre a troca de propriedade, mas, na prática, o bem continuará sendo utilizado normalmente pela antiga empresa proprietária até o final do contrato de arrendamento, quando ela exercerá a opção de aquisição do seu VRG. É uma forma de financiamento de capital de giro utilizada por empresas, bastante imobilizadas.

LIMITAÇÕES E REGRAS PARA SE OBTER RECURSO DE TERCEIROS

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento)

O cartão BNDES oferece crédito com uma taxa anual de 5%, segundo site do banco, onde através desse benefício microempresas, pequenas empresas, médias empresas e até mesmo o empresário individual, pode adquirir máquinas, equipamentos, softwares, computadores e demais produtos para sua empresa. Entretanto, a compra pode ser realizada para produtos que estão disponíveis no portal do banco (www.cartaobndes.gov.br) onde pode ser classificada em direta, na qual comprador entra no site e efetua o pedido do

produto, ou indireta na qual existe a possibilidade de negociação entre o comprador e vendedor. Para obter esse benefício as microempresas, pequenas empresas e medias empresas nacionais devem exercer atividades econômicas apoiadas pelo BNDES e que estejam em dia com os tributos e obrigações federais. Para o empreendedor individual além desses quesitos, tem que possuir CNPJ. A solicitação do cartão pode ser solicitada pela internet, na qual o empresário deve ter uma conta corrente da empresa no banco emissor, na qual as parcelas dos financiamentos gerados serão debitadas automaticamente em conta corrente. Bancos que aderem esses sistema são Banco do Brasil, Caixa, Itaú, Bradesco e Banrisul. Uma observação importante na obtenção do credito no BNDES é que o limite de credito de cada cartão é definido pelo banco emissor.

Goiás Fomento

Contribuir para a aceleração do desenvolvimento sócio econômico e sustentável do Estado de Goiás é sua principal meta, criando empregos e rendas para famílias estimulando investimentos, redução de desigualdades regionais mediante concessão de credito em condições favoráveis.

Atua como Agente Financeiro dos Fundos de Desenvolvimento Industrial de Goiás, PRODUZIR FOMENTAR e FUNMINERAL (fundos de fomentos á mineração), contando ainda com os financiamentos com recursos próprios e com recursos de repasses do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste) do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do CREDITO PRODUTIVO.

Está presente em quase todo o território goiano através de seus parceiros do segmento empresarial do Estado e Prefeituras, que cedem suas estruturas funcionais e administrativas, formando uma rede em todo o Estado, atuando como agentes na intermediação das operações de financiamento, encaminhando propostas e formalizando processos, até a assinatura do contrato de empréstimo e liberação dos recursos.

ALAVANCAGEM FINANCEIRA

Alavancagem financeira é uma forma de que utiliza encargos financeiros a custo fixo, com a intenção de alavancar e maximizar os investimentos e lucros de uma empresa, mais esse tipo de processo, é de alto risco operacional.

Os tipos de alavancagem financeira vem de dois efetivos, o primeiro é em base de capital de terceiros, e o segundo na base de financiamento a custo fixo.

A maximização da alavancagem é antes do LAJIR (Lucro Antes de Juros e Imposto de Renda) e sobre o LPA (Lucros Por Ação) da empresa.

O grau de alavancagem de uma empresa (GAF) é medido pela relação a seguir:

Grau de Alavancagem:

	Efeitos da alavancagem financeira sobre a demonstração do resultado		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	LAJIR cai	LAJIR não	LAJIR sobe
	35%	varia	35%
LAJIR	\$ 52.000	\$ 80.000	\$ 108.000
Menos: despesas financeiras	\$ 20.000	\$ 20.000	\$ 20.000
Lucro líquido antes do imp. renda	\$ 32.000	\$ 60.000	\$ 88.000
Menos: imposto de renda (30%)	\$ 9.600	\$ 18.000	\$ 26.400
LDA	\$ 22.400	\$ 42.000	\$ 61.600
LPA (42 mil ações)	\$ 0.53	\$ 1.00	\$ 1.47
	LPA cai		LPA sobe
	46,67%		46,67%

$$\text{GAF} = \frac{\% \text{ Variação de LPA}}{\% \text{ Variação de Laji}} = \frac{46,67\%}{35\%} = 1,33$$

O risco relacionado à alavancagem financeira este diretamente relacionado com quantidade de investimento tomada para o ato, isso significa

que a empresa possui pouco capital próprio e muito capital de terceiros. No exemplo de uma S.A.(Sociedade Anônima), o dinheiro de investidores é direcionado para a alavancagem, assim assumindo o risco de que depois do investimento, os investidores possam retirar o "empréstimo", assim podendo provocar baixas na empresa podendo leva-la até a uma crise.

CONCLUSÃO

Para se sair bem no mundo dos negócios é fundamental ter bom conhecimento no mercado em que se escolhe atuar, o uso de capital próprio, a capacidade do empresário de assumir riscos, ter um bom administrador, uma boa estratégia de vendas, e ser criativo.

Outro fator fundamental é a experiência anterior ou conhecimento no ramo de negócio, o meio pelo qual o empresário obteve a experiência ou conhecimento no ramo do negócio, e o motivo pelo qual resolveu abrir ou entrar para a empresa.

Esperar do governo as soluções para todos os problemas não é uma atitude sábia, é melhor olhar para o lado e ver que há gente vendendo, apesar da conjuntura. Sempre há oportunidade de negócios para quem tem criatividade e disposição para o trabalho.

O crédito existe, mas não são todas as empresas que conseguem a disponibilização de recursos junto a Instituições Financeiras. Essas instituições criticam e analisam criteriosamente as propostas de empresas, especialmente em razão dos altos índices de mortalidade e o risco envolvendo empréstimos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

DOWSLEY, Getúlio dos Santos. **Administração Financeira e Economia Empresarial**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda., 1989

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

.CAJUEIRO, Roberta Liana Pimental. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**: Guia prático do estudante. 1ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BNDS, Banco Nacional de Desenvolvimento Social. **Publicações**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt

GOIÁSFOMENTO, Agência de Fomento de Goiás. **Histórico**. Disponível em: <http://www.fomento.goias.gov.br/institucional/>